

O PROLETARIADO GAÚCHO E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

*Francisco Ricardo Rüdiger**

A Revolução Federalista, deflagrada no Rio Grande do Sul em 1893, resultou da cisão da classe dirigente gaúcha em duas frações divergentes e decidiu o destino histórico de dois projetos de condução política da sociedade rio-grandense. A Proclamação da República alijara do aparelho do estado a fração liberal-conservadora, na qual se agrupava o grosso dos pecuaristas, em benefício da fração republicana-autoritária, disposta a promover o desenvolvimento do conjunto das classes produtoras do Estado. A guerra civil desencadeada pela primeira terminaria dois anos e meio depois com a derrota de seu projeto de reforma política do governo e a consolidação da supremacia do Partido Republicano (PRR), que, embora discutida, seria mantida até 1930.

O fenômeno revolucionário, bastante documentado, foi analisado do ponto de vista econômico, político e militar como momento da história da classe dominante. A perspectiva dos vencidos neste processo não se aplica ao seu estudo pela falta de documentação. Afinal, para escrever a história dos realmente derrotados no curso da guerra civil seria necessário resgatar a memória viva da massa de peões arregimentada pelas tropas coronelísticas, dos ex-escravos alistados no Exército, dos saques sofridos pelos pequenos proprietários rurais, da repressão enfrentada pelos desclassificados das cidades, enfim, a memória viva da plebe sem rosto mobilizada pela dominação tradicional, cujo silêncio nos anais da história é o atestado maior de sua derrota e ruína.

Em contrapartida, a experiência do proletariado representa caso diverso. Na época, o capitalismo não constituía o modo de produção básico da nossa economia, mas somente um conjunto de práticas subordinado na sua totalidade. O proletariado gaúcho encontrava-se em processo de formação, constituindo camada relativamente marginalizada na esfera pública. A Revolução Federalista possibilitou simultaneamente uma aceleração desse processo

e uma transformação na sua situação na sociedade civil. A guerra civil entre as frações da classe dirigente não se deu sem uma interpretação da classe trabalhadora, cujo resultado acabou sendo a ascensão política do proletariado à condição de figurante da sociedade civil e a consolidação de sua situação de classe na estrutura econômico-social do moderno Rio Grande.

As notas seguintes procuram recapitular os principais aspectos da experiência da classe operária durante a Revolução de 1893.

1. A CONJUNTURA DA REVOLUÇÃO E O PROLETARIADO

Às vésperas da Revolução Federalista, o proletariado constituía uma camada social em processo de formação. O surto industrial verificado na passagem do Império para a República possibilitara a constituição de um proletariado urbano, cujo grosso era composto por elementos imigrados, negros libertos e de excedentes populacionais da zona colonial. Os trabalhadores, agrupados nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, encontravam-se em fase primera de organização, como ilustra a fundação da Liga Operária de Pelotas (1887). As principais fontes de experiência social provinham das oficinas e da fábrica.

Nessa conjuntura, verificou-se a eclosão da guerra civil, que acabaria mobilizando de diversas formas todas as camadas da sociedade. A interpelação do proletariado gaúcho se deu relativamente cedo. Em princípios de junho de 1893, *O Rio Grande*, órgão da dissidência republicana, aderida aos federalistas, transcreve um manifesto de apoio aos insurretos, redigido por Augusto Vinhaes em nome do proletariado da Capital Federal.

“O Brasil inteiro estremece de horror ao presenciar o modo bárbaro com que se procura exterminar um punhado de bravos que, sobranceiros e intimeratos, não trepidaram lançar mão das armas em prol de seus direitos e em reconquista de seus lares, saqueados pelos mandatários do despotismo.

É a voz, homens do trabalho, que me dirijo, pois constituís a maioria da nação e, mais do que isso!, representais a massa sofredora e sobre a qual recaem sempre as conseqüências malélicas dos erros e tiranias daqueles que ocupam as altas posições do poder.

O sangue que se derrama nas lutas fratricidas não é o sangue dos magnatas e dos favorecidos pela fortuna, mas do povo, do eterno fornecedor — *chair a canon* — do fator nulo das combinações da ambição torpe e brutal dos grandes”.¹

O "Manifesto ao Proletariado Brasileiro" começa com considerações de ordem geral. No contexto das mesmas, percebe-se a caracterização da classe trabalhadora como sujeito, autônomo do momento. Em seguida, porém, o Manifesto muda de tom e conclui com um chamamento.

"... é a vos, ao proletariado, portanto, que de direito compete protestar contra o desvairio governamental, tão arredo da opinião pública, a quem desdenha e menoscaba.

E este protesto podeis desde já patentear de modo claro e positivo.

A subordinação que ora se abre para socorrer nossos irmãos que morrem e não têm o tesouro a sua disposição, pode, deve se tornar um plebiscito que será, assim espero, a condenação por demais significativa dos atos do Governo.

O resto virá depois, quando a nação inteira se convencer de que é mister seguir os exemplos de civismo e independência de caráter: esses exemplos podem nos dar os revolucionários do Rio Grande do Sul."²

Com esse gesto, a facção cassalista procurava instrumentalizar os termos do pacto político proposto ao proletariado pelo PRR, desde a época da propaganda republicana na década de 1880. A cisão ocorrida entre os republicanos estabeleceu uma concorrência entre as facções para a promoção dessa proposta, cuja transação se assentava na promoção do processo econômico e na idéia de incorporação do proletariado à sociedade como contrapartida da rejeição do liberalismo político.

Afinal, comentando artigo de *A Reforma* em março de 1892, observava *O Rio Grande*:

"Restam outros meios de chegar à organização do Estado de modo a garantir a liberdade; nem adotar já a 'ditadura científica', que será a forma definitiva dos futuros Governos, nem adotar a ditadura democrática, anárquica e tirânica por excelência, e que há tanto tempo atormenta o gênero humano, com a criação das oligarquias disfarçadas, onde se sentem bem os politicantes, mas onde só olham para o 'povo', para o proletariado, para explorá-lo, cavando sua ruína em nome de sua grandeza, conservando-o no cativo em nome de sua liberdade."³

A situação de beligerância radicalizou esse tipo de consideração. A partir de 1893, as manifestações da dissidência procuraram colocar na margem de manobra dos revolucionários a perspectiva de levar o operariado a tomar uma posição diante dos acontecimentos.

Nesse sentido, a organização de uma subscrição entre os tipógrafos de Porto Alegre em apoio aos revolucionários, promovida pelos operários do jornal *O Mercantil*, não foi um efeito direto desse discurso. Era sim uma prova de que o procedimento tático esboçado fundava-se em condições objetivas.

A guerra provocara uma alta de preços que agravou as tensões inflacionárias já existentes. As dificuldades de abastecimento e a especulação com os bens de salário inquietavam as classes populares, cujo o poder aquisitivo estava em contínuo decréscimo, em decorrência da política do *encilhamento*. O operariado das cidades de Rio Grande e Pelotas encontrava-se agitado, notadamente na última cidade, onde as manifestações de insatisfação eram conduzidas pela Liga Operária.⁴

Irrompiam movimentos grevistas, denunciando a insuficiência dos salários para a produção da força de trabalho. A propósito da greve dos chapeleiros de Pelotas, em agosto de 1893, comenta a folha operária *A Democracia Social*:

“Este aumento de salário requerido pelos chapeleiros é não só para eles como para todos os trabalhadores uma exigência tão justa que seria puerilidade demonstrá-la com argumentos.

Aí estão os fatos na sua rude crueza.

O nosso mil réis vale atualmente trezentos e tantos réis.

É preciso, portanto, ganhar 10\$000 para corresponder ao termo médio dos salários de outrora.”⁵

Nessa conjuntura de agitação, criavam-se condições favoráveis para a irrupção de incidentes, abrindo espaços para uma possível instrumentalização política do proletariado pela oposição em armas.

Em junho de 1893, por exemplo, ocorreu incidente de proporções em São Leopoldo. O confisco de um fardo de couros secos do curtume de Carlos Bier, sob pretexto de que se destinavam à exportação sem o pagamento do imposto correspondente, levou os trabalhadores do estabelecimento a atacarem a Intendência. Após choque com os efetivos policiais e militares lotados na cidade, os operários retomaram o material apreendido e algumas armas ali existentes.

Em resposta, o Governo enviou 75 praças para debelar a revolta. Na repressão que se seguiu:

“Foram presos muitos operários e depois soltos, contando-se entre eles um indivíduo estranho à fábrica, de nome Fritz Hahn.”⁶

Resultado de um equívoco na fiscalização, na medida que as mercadorias destinavam-se não ao exterior, mas a Porto Alegre e Campo Bom, o episódio revela o descontentamento de certos setores dominantes com o Governo Castilhistas, cujas medidas fiscais não decorriam de um consenso. Logo após o confisco do material, a fábrica foi fechada, os operários despedidos e logo induzidos a atacarem a Intendência. Desse modo, comentando o incidente, afirmava *O Rio Grande*:

“Tudo isso tem sua origem na elevação dos impostos estaduais e municipais, por tal modo exorbitantes que é um clamor geral, e, quanto a Bier foi lotado em 355 \$000 pelo Estado, a quem pagava antes somente 20 \$000, acrescentando uma taxa muito alta ao município, pelas duas fábricas, e mais um imposto vexatório sobre o produto das mesmas, imposto que denominam de *produção*, mas que é, em verdade, imposto de exportação, vedado aos municípios pela própria constituição-modelo do Senhor Júlio de Castilhos.”⁷

2. A INTERPELAÇÃO CASTILHISTA

Diante dessas configurações perigosas, o PRR reagiu, mostrando sua capacidade de cooptação de segmentos significativos do proletariado. Em setembro de 1893, o proletariado da Capital promoveu um grande encontro, apresentado pelos republicanos como manifestação: “daqueles que não se resignam a uma imobilidade que seria criminosa no momento excepcionalíssimo em que se encontra a pátria brasileira.”⁸

Aproveitando a oportunidade para fundar uma associação mutualista, os proletários manifestam sua positiva solidariedade, em qualquer emergência, aos Governos estadual e federal, considerados como legítimos e leais representantes das aspirações populares e do poder constituído da República.

Entregue pessoalmente ao Presidente do Estado alguns dias depois da realização do encontro, a mensagem de apoio ao Governo incluía um pedido de ajuda à associação criada pelos proletários, indicando os termos da negociação entre as duas partes:

“Os proletários que a assinam, convencidos profundamente de que o Partido Republicano dirigido pelo benemérito e intimerato rio-grandense Dr. Júlio de Castilhos é o único que legitimamente representa as aspirações populares, resolvem pedir a esse eminente cidadão e aos demais membros

de seu partido para serem protetores da Sociedade de Socorros Mtuos dos Proletariados de Porto Alegre, hoje fundada. Ainda mais, que se consigne na presente ata uma moção de completa solidariedade com o Governo do Estado e da União.”⁹

Neste contexto, o PRR restabeleceu seu discurso social e tomou medidas adicionais para reduzir o clima de agitação reinante entre os trabalhadores. Em especial, foram adotadas providências rigorosas para conter a alta dos preços e a especulação com os bens de salário, que haviam se agravado a partir de setembro/1893, em virtude da Revolta da Armada no Rio de Janeiro.¹⁰

Por outro lado, o PRR assumiu posição de tolerância diante da eclosão de movimentos grevistas, que, procurando recuperar os termos monetários da venda da força de trabalho, manifestam-se com maior freqüência. Reivindicando aumento nos fretes, os carroceiros de Pelotas realizam greve vitoriosa, ao que parece em outubro de 1893;¹¹ em novembro de 1894, entram em greve os operários da *Brazilian Southern Railway*, reivindicando aumento dos salários;¹² os carneadores de Pelotas paralizam suas atividades em janeiro de 1895.¹³ Os movimentos paredistas surgem nas mais diversas categorias.

Entretanto, particularmente notável foi a greve dos operários da Cia. Fiação e Tecidos Porto Alegrense, em junho de 1895. Fundada em 1891, essa firma constituía-se numa das maiores do Estado concentrando grande número de trabalhadores para a época (263); seu capital montante alcançava 2.400 contos de réis.¹⁴

Em virtude da dispensa de sete operários, que formavam uma comissão de frente encarregada de reivindicar aumentos salariais, rebentou movimento grevista de proporções.

“No dia 1º do corrente, os operários tecelões pediram aumento de salário e como não fosse justa essa pretensão, foi indeferida; surgiu então a greve e retiraram-se da fábrica, se conservando sem utilizar durante os dias 2 e 3.

“A administração soube logo que grande parte desses grevistas queriam voltar ao trabalho, porquanto achando-se satisfeitos entraram na greve por mero companheirismo; ela providenciou entretanto desde logo os meios de obtenção de novos operários, sem a menor preocupação com os que se retiraram.”¹⁵

Mesmo assim, a Gerência da Fiateci solicitou intervenção policial para obrigar a volta ao trabalho.

“... a Diretoria levou o fato ao conhecimento do exmo. sr. Desembargador chefe de polícia pedindo providências de garantias para os que quisessem voltar ao serviço e punição aos perturbadores.”¹⁶

A intimidação das lideranças do movimento acabou resultando no fim da greve e a volta ao trabalho sob as mesmas condições de salário. Interessante, contudo, foi a reação do PRR que, tomando ciência dos fatos, desautorizou a ação da polícia e condenou o gesto da Fiateci através das colunas de *A Federação*. Entretanto, os republicanos não chegaram a tomar qualquer medida prática sobre o caso, evidenciando o caráter manipulatório de seu discurso. O programa de incorporação do proletariado à sociedade, embora constituísse um ponto estratégico dos castilhistas, ainda não estava consolidado, não havia formado consenso na sociedade civil, inclusive entre o proletariado.

3. A REAÇÃO DO PROLETARIADO

O PRR não obteve pleno consenso e legitimidade junto ao proletariado com suas medidas e palavras. A conjuntura favorecera a organização dos trabalhadores e a articulação de seu próprio discurso. Em dezembro de 1893, por exemplo, se dá a fundação da União Operária de Rio Grande, instalada em maio do ano seguinte; em maio de 1895, é fundada a União Operária de Bagé. Diante da situação existente, essas entidades assumem posições combativas.

A propósito da União Operária de Rio Grande, Sílvia Petersen observa:

“Logo após sua fundação, a Liga participou de uma greve dos operários da estrada de ferro, para a qual não estava preparada, mas graças à enorme atividade despendida conseguiu a vitória.”¹⁷

No entanto, foi em Pelotas onde a posição autônoma do proletariado diante da Revolução apareceu de modo mais claro, exposta pela Liga Operária da cidade no seu periódico *A Democracia Social*:

“Ninguém nos levará a acreditar que o despotismo do partido Gaspar seja menos prejudicial que o despotismo castilhista.

...

Como não há oposição da parte de outras classes por serem estas muito pouco desenvolvidas e completamente desorga-

nizadas, a classe reinante, esta burguesia da vaca, pode se dar ao luxo de combater-se a si mesma, tendo por alvo a exploração do poder. Sim, nada mais que isso é a mira dos dois partidos.”¹⁸

Porém, interessante é o fato de que, levando em conta uma certa avaliação da correlação de forças existente, essa tomada de posição defende a não intervenção do proletariado nos acontecimentos:

“Se fossemos mesmo tão tolos a ponto de crer que as frases de presidencialismo ou parlamentarismo não eram mais que enfeites, mais que folhas de figueira, *tínhamos então que combatê-los.*”¹⁹

Preteriria-se as incertezas de uma ação aberta, significasse uma aproximação com um dos contendores ou uma intervenção independente, pelo trabalho de organização, sintetizando na proposta de criação de um partido popular, alicerçado num programa de cunho socialista.

4. CONCLUSÃO

O proletariado gaúcho manifestou-se como classe na sociedade civil durante a chamada Revolução Federalista. Os trabalhadores souberam aproveitar a conjuntura de guerra civil, na qual as próprias frações da classe dirigente procederam a sua interpelação como participantes do processo político-social, para fazerem ouvir sua voz e consolidarem sua situação de classe na estrutura econômico-social do Rio Grande do Sul. O cunho variado de suas manifestações pode ser explicado como resposta a condições econômico-sociais diversas.

Na época da Revolução o setor industrial do Rio Grande do Sul, que acelerava o seu ritmo de crescimento, apresentava distribuição bastante desigual, com as primeiras concentrações localizadas na zona sul do Estado. Em consequência disso, as cidades de Pelotas e Rio Grande agrupavam as maiores “massas” de trabalhadores. Para elas afluíam elementos estrangeiros, cujo discurso de cunho socialista e anarco-sindicalista alarmava os grupos dominantes.²⁰

Por outro lado, o aumento da divisão social do trabalho, trazendo consigo uma especialização técnica das atividades econômicas numa conjuntura de crise, resultava na desvalorização – descaracterização – de vários ofícios

e profissões que integravam também o proletariado urbano. A criação de associações de auxílio mútuo exemplifica a reação dessas categorias a esse momento de transição.

Nesse contexto mais amplo, verifica-se que os setores mais atrasados foram mais sensíveis à influência do PRR e assumiram uma posição de compromisso com seu paternalismo, externado na idéia de incorporação do proletariado à sociedade. Por outro lado, os setores mais avançados, embora mantivessem posição independente diante dos beligerantes, evitaram intervir de modo a alterar sua situação sócio-política. Em ambos os casos, consta-se o reconhecimento do proletariado como força capaz de intervenção no campo social, que contrasta com seu comportamento ativo do ponto de vista econômico e passivo do ponto de vista político durante o período.

O diagnóstico desse imobilismo político de proletariado se encontra no cálculo econômico-social de sua constituição como classe, possibilitado não somente pela luta econômica e os movimentos reivindicatórios desencadeados nesta conjuntura, mas também pela sua interpelação como figurante da vida pública por parte das frações em luta da classe dirigente e, principalmente, por parte do Estado. Os trabalhadores serviram de ponto de apoio do bloco no poder, na medida em que, concordando em manter a condição de força social passiva, isto é, não intervindo diretamente nos acontecimentos, fosse ao lado dos dissidentes, fosse em causa própria, visualizaram no seu reconhecimento como sujeitos políticos um meio concreto de transacionarem os compromissos sociais propalados pelo governo do PRR. Em outros termos, a tática de recuo diante do processo político em curso respaldou sua estratégia de consolidação como classe na sociedade civil.

A formação do proletariado gaúcho como classe de interesse, portanto entre as conseqüências da guerra civil oligárquica de 1893. As conjunturas seguintes se encarregarão de mostrar os limites dessa experiência.

* Faculdade dos Meios de Comunicação Social – PUCRS.
90.620 – Porto Alegre – RS.

NOTAS

1. "Apelo ao Proletariado". In: *O Rio Grande*. Porto Alegre. 1.VI.1893.
2. Idem, ibidem.
3. "Movimento Revolucionário". In: *O Rio Grande*. Porto Alegre, 21.III.1982.
4. "Situação Difícil". In: *O Echo do Sul* Rio Grande, 9.IV.1893.

5. Citado in: Sílvia Petersen. "As greves no Rio Grande do Sul". In: RS – *Economia e Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.303.
6. "Sucessos de São Leopoldo". In: *A Federação*. Porto Alegre, 23.IV.1893.
7. "Conflitos em São Leopoldo". In: *O Rio Grande*, 21.VI.1893.
8. "Movimento Patriótico". In: *A Federação*, 29.IX.1893.
9. Citado in: idem, *ibidem*.
10. Cf. *A Ordem*. Jaguarão, 7.II.1894.
11. Sílvia Petersen, *op. cit*, p.290.
12. Cf. *A Ordem*. Jaguarão, 29.XI.1894.
13. Cf. *A Federação*. 22.I.1895.
14. Jean Roche. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Globo, 1969, p.506.
15. Comunicação da Fiaterci. In: *O Mercantil*. Porto Alegre, 7.VI.1895.
16. Cf. *A Federação*, 6.VI.1895.
17. Sílvia Petersen. *Origens do 1º de Maio no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS, 1981, p.23.
18. "A Nossa Política". In: *A Democracia Social*. Pelotas, 9.VII.1983.
19. Ver, por exemplo, "O Partido dos Trabalhadores". In: *A Democracia Social*, 16.VIII.1893.
20. Cf. *A Ordem*. Jaguarão, 7.II.1894.